



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

## Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

### Pronunciamento da FENPROF

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um entre vários instrumentos de financiamento do investimento em Portugal, neste caso, imposto pelas dificuldades acrescidas e pelos problemas – alguns novos e outros, os antigos, agravados – causados pela pandemia. Apesar das verbas que lhe estão adstritas, na ordem dos 14 mil milhões de euros, este é um plano claramente insuficiente face aos problemas que o país enfrenta e marcado pelos condicionalismos que são impostos pelo próprio Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

O PRR organiza-se em três dimensões: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. Tendo em vista essas dimensões, a FENPROF pronunciar-se-á, apenas, em relação aos aspetos relacionados com a Educação, acompanhando, tanto em relação a esta área, como às áreas laborais, sociais e outras que constam do documento apresentado pelo governo, no essencial, o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a apreciação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), respetivamente.

Sem prejuízo de outros aspetos que um documento com esta dimensão e esta densidade obrigaria a ter em atenção, a FENPROF destaca os seguintes:

**1.** O PRR é um plano que procura dar resposta, no plano mais imediato, aos problemas e défices causados pela pandemia. Na Educação, estamos a viver um ano letivo (2020/2021) em que era suposta a superação dos défices gerados no anterior, que resultaram em perdas assinaláveis nas aprendizagens, num forte agravamento de desigualdades e na perversão, inadmissível, da regulação do trabalho, com grandes implicações ao nível dos direitos socioprofissionais dos trabalhadores da educação. Contudo, a evolução negativa da situação epidemiológica levou a que, àqueles défices, se acumulassem novos problemas que não resultam, apenas, do facto de termos voltado a uma resposta de emergência, mais uma vez concretizada pelo recurso a ensino a distância. Mesmo ao longo do 1.º período, em que o ensino foi presencial, houve centenas de turmas e milhares de alunos que ficaram em situação de quarentena ou isolamento, tal como houve centenas de docentes que, pelas mesmas razões, tiveram de interromper a sua atividade letiva, ficando as suas turmas sem aulas. A partir de 22 de janeiro, p.p., tornámos a viver muitos dos problemas com que nos havíamos confrontado no anterior encerramento de escolas. Adivinha-se e deseja-se o regresso ao ensino presencial,

sendo necessário (e o PRR deverá prevê-lo): i) **reforçar as escolas com pessoal docente e trabalhadores não docentes** (não só assistentes operacionais, mas técnicos especializados, como terapeutas, psicólogos e outros), com vista a reforçar apoios e a recuperar de défices de aprendizagem que afetaram todos; ii) **garantir adequadas condições de prevenção** (realização de testes periódicos a toda a comunidade escolar, mas também aos contactos próximos de infetados), **reforçar a segurança sanitária e garantir prioridade na vacinação para os docentes e demais trabalhadores das escolas e jardins de infância** (como, aliás, recomendam UNESCO, UNICEF e Internacional de Educação), condições necessárias para evitar novo encerramento de escolas, que seria trágico;

**2.** Relativamente às creches e ao acréscimo da resposta a este nível às crianças entre os zero e os três anos, sendo importante que se enquadre no âmbito de uma resposta social às famílias trabalhadoras, não pode ser descurada a **vertente educativa e a indispensável intencionalidade pedagógica** na atividade a desenvolver. Neste grupo etário, e porque o PRR também se refere à necessidade de políticas e medidas promotoras de inclusão, será indispensável **reforçar as respostas a prestar no âmbito do sistema nacional de intervenção precoce na infância**, quer de apoio às crianças, quer às famílias. Ainda neste domínio das creches, esta deverá ser a oportunidade para, finalmente, **criar uma rede pública de creches** que também envolva o Ministério da Educação, deixando de ser responsabilidade exclusiva da segurança social;

**3.** Indo ao encontro do que é referido no PRR sobre a diversidade humana (inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidades) e o **agravamento das desigualdades sociais** será, também, indispensável o reforço das respostas a prestar no âmbito da Educação Inclusiva nos Agrupamentos de escolas/Escolas não agrupadas, nomeadamente no que concerne ao reforço de recursos humanos (docentes, assistentes operacionais, terapeutas, psicólogos, entre outros) para apoio aos alunos mais vulneráveis;

**4.** Sobre ensino e formação profissional, o PRR prevê um financiamento significativo, superior a 700 milhões de euros, sendo importante que o mesmo se destine a um reforço efetivo no sistema público e não, como se aponta, destinando uma parte muito considerável da verba para instituições privadas, cuja resposta, em boa parte, assenta em centros de formação geridos por associações patronais que procuram resolver as suas necessidades de curto prazo. É fundamental que o **investimento seja canalizado para reforçar a rede pública de escolas profissionais e centros de formação**, capacitando o Estado para cumprir o direito à educação e à formação profissional, aumentando a capacidade de resposta pública, incluindo nas regiões de baixa densidade populacional;

**5.** Não se compreende que sendo a transição climática, logo, o ambiente, aspeto central deste PRR (uma das três dimensões), a escola seja afastada deste domínio, que é central para o futuro do planeta, não se prevendo qualquer tipo de iniciativa e respetivo financiamento no âmbito da **Educação Ambiental**, para além da que se realiza no plano

curricular. Não será a escola espaço privilegiado para uma transição ambiental com futuro consolidado?

**6.** O que antes se afirma em relação às questões ambientais, tem completa aplicação relativamente, por exemplo, ao item da **saúde e bem-estar**. Como bem chama a atenção o CNE, também neste domínio o papel da escola não pode ser desvalorizado, como se infere do PRR. Deverá haver articulação entre saúde e educação, pois a educação para a saúde é de enorme importância e, nesse âmbito, devem ser consideradas questões como os hábitos alimentares, a segurança e higiene e outras relacionadas com o bem-estar e também com a saúde mental. Neste período em que vivemos, há que reforçar competências socio-emocionais, entre outras razões, porque este é um tempo que pode trazer poucas aprendizagens positivas, que tem tudo para nos tornar mais egoístas e sociais e ou sujeitos a estados de angústia e ansiedade. Ainda em relação à saúde e ao bem-estar físico, psíquico e psicológico, é necessário que o plano valorize a arte e a cultura e não passe ao lado, como acontece, destes domínios e que considere a necessidade de serem criadas condições para impulsionar a atividade criativa, bem como a atividade física e desportiva;

**7.** Relativamente à designada **transição digital**, o PRR quase se esgota na aquisição de computadores, no reforço da Internet nas escolas e na promoção de formação contínua para professores. Relativamente a esta, como a toda a formação contínua de docentes, há que acautelar os tempos dos professores para a sua frequência e, também, não negligenciar a habilitação dos restantes trabalhadores da educação neste âmbito. A FENPROF não rejeita aquela formação, mas chama a atenção para a importância de a enquadrar no horário de trabalho dos docentes, integrando-a como efetiva formação profissional em contexto de trabalho, sem provocar aquilo a que se chama sobretrabalho. Para além disso, é preciso não esquecer outros domínios sem os quais não haverá transição digital. Por exemplo, não podem ser esquecidos, como estão a ser, os alunos e os encarregados de educação. Os professores não foram os únicos que revelaram dificuldades na transição do ensino presencial para o remoto e terão sido, até, os que melhor se adaptaram a esta situação, pelo que o plano de transição digital também deverá integrar formação dirigida a alunos e encarregados de educação. Quanto às escolas, ~~mesmo~~ com a quantidade de computadores que lhes têm de ser atribuídos, necessitarão de técnicos para apoio e manutenção dos equipamentos. É preciso retirar estas funções dos docentes de informática e de TIC, funções que os desviam da docência e que não se enquadram nos deveres estabelecidos no seu estatuto de carreira;

**8.** Ainda em relação à transição digital na educação, a verba prevista poderá-ser um sinal de investimento no desenvolvimento das condições que devem estar atribuídas à Escola Pública para que, também, neste quadro, seja capaz de dar a resposta a que os portugueses têm direito.

Porém, reforçando o que antes se afirma, há um conjunto de aspetos sobre os quais será necessário fazer incidir a maior atenção. Desde logo, deverá o governo português clarificar qual o verdadeiro alcance do que a seguir se transcreve: “Na dimensão de Transição Digital foram consideradas 5 Componentes pretendendo responder à necessidade de dispor de

estruturas digitais eficazes para **assegurar a desmaterialização de aprendizagens, transações e processos e possibilitar o trabalho remoto** assegurando, de forma inclusiva e **com ganhos estruturais e de eficiência relevantes, a transformação que já estava em curso neste domínio**. A aposta, focada na escola, nas empresas e na administração pública, **pretende contribuir decisivamente para um país mais competitivo e com menos custos de contexto**, estando em linha com as orientações da Comissão na Comunicação sobre a Construção do Futuro Digital da Europa e do Pacto Ecológico Europeu” (sublinhados nossos). Esta estratégia do governo estabelece critérios para a aplicação das verbas que o país irá receber neste âmbito. No entanto, importa perceber quais as opções políticas que serão adotadas com a concretização das medidas que decorrerão deste plano, desde logo quais as consequências socioprofissionais da sua implementação. A maior ou menor adesão dos trabalhadores docentes e não docentes à concretização do PRR depende, em grande parte, da capacidade do governo de fundamentar as suas intenções, concretizando-as através da fomentação de um efetivo diálogo e da insubstituível negociação das medidas com as organizações sindicais, representativas desses trabalhadores.

Para a FENPROF (opinião partilhada por organizações representativas dos professores de todo o mundo), uma sociedade mais digital deve garantir **o equilíbrio entre as oportunidades que surgem com a sua implementação na Educação e os efeitos que gera ao nível das relações interpessoais e nas relações de trabalho e emprego**. Negligenciar a concretização deste desiderato comprometerá, seguramente, o desenvolvimento das sociedades e o nosso futuro coletivo.

**9.** Ainda no âmbito da transição digital, **não se compreende por que razão o ensino superior não é considerado**. Muitas instituições de ensino superior debatem-se com carências ao nível dos equipamentos e as necessidades de formação contínua, neste domínio, para os seus docentes são semelhantes às de outros setores de ensino. No que à formação inicial de professores – de todos os níveis e graus de ensino – diz respeito, importa garantir que integra a adequada preparação para trabalhar com as tecnologias de informação e comunicação, bases de dados, plataformas digitais, entre outras ferramentas cada vez mais significativas, o que impõe a existência dos recursos adequados nas instituições que forma pessoal docente;

**10.** Falando-se em **formação contínua de professores**, sendo importante a realizada no âmbito do digital, o PRR deveria prever uma maior diversificação de áreas em que, claramente, existem défices, e também são de grande importância. Por exemplo, em relação às questões ambientais, uma das dimensões deste plano, mas também outras, por exemplo, relacionadas com o exercício de uma cidadania plena e democrática, com destaque para aspetos como o combate ao racismo ou a igualdade de género;

**11.** Ainda relativamente à formação contínua, deverá o plano **valorizar os centros de formação existentes, tanto os de associações de escolas, como de associações profissionais**, não só como entidades que irão executar o que for superiormente decidido, mas com competências de decisão, por serem aquelas que estão no terreno e melhor conhecem as necessidades reais, o que lhes permitirá, num quadro de diversificação da formação, mais do que promover clássicas ações de formação contínua, avançar para

formação em contexto de trabalho. Para a FENPROF, a formação contínua de docentes é um dever, mas, igualmente, um direito constituindo um forte instrumento de melhoria da qualidade da Educação e do Ensino;

**12.** Este plano de recuperação e resiliência não deveria ignorar um problema, dos maiores, que hoje se vive nas escolas: **o envelhecimento do corpo docente**. É, aliás, paradoxal que se esteja a discutir o futuro da educação e da escola, se esteja a formar para o digital, pensando nesse futuro, e os implicados sejam profissionais que, nos próximos anos, vão abandonar a profissão por terem atingido os requisitos para se aposentarem. Exige-se que este PRR preveja, como já se referiu, uma reformulação na formação inicial de docentes; aponte no sentido de criar condições de atratividade da profissão para recuperar os jovens que a abandonaram e atrair para ela aqueles que concluem o ensino secundário e fazem as suas opções de vida; crie condições para uma saída digna, porque justa, das gerações mais antigas de professores e educadores;

**13.** Uma última nota, neste caso sobre a preparação dos jovens para a integração futura no mundo laboral. A FENPROF defende a sua **preparação para o emprego**, um emprego qualificado, estável, justamente remunerado e com direitos e não, propriamente, para o chamado mercado de trabalho. Este é um conceito querido do neoliberalismo, que a FENPROF rejeita, no qual os trabalhadores entram como peças da grande máquina que é o mercado. A prioridade deverá ser dada às pessoas, as quais não são meros recursos de produção de riqueza que o capital explora enquanto lhe for útil e, depois, descarta. Portanto, é preciso construir o futuro a pensar no ser humano, no planeta e na sua sustentabilidade, na vida e não em o organizar em função dos interesses dessa entidade sem rosto e também sem escrúpulos que se chama mercado.

Lisboa, 5 de março de 2021  
O Secretariado Nacional da FENPROF